

DISCURSO pronunciado na Assembléia Legislativa, em 17 de dezembro de 1936.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, impulsionado pelas vibrações profundas de entusiasmo e da admiração que me despertaram, o ardor imensurável e o imarcessível carinho de um pugilo de moços da nossa Universidade em função da exaltação da nossa terra, da nossa gente e das nossas coisas no estrangeiro, eu não receio, sr. presidente, me ingerir hoje em seara alheia, vindo a esta tribuna para falar aos meus nobres pares e ao Rio-Grande-do-Sul, sôbre a próxima excursão que pretendem fazer às repúblicas Oriental do Uruguai e Argentina, os bacharelados de Adminitração e Finanças da Universidade de Pôrto-Alegre.

Transborda em êste meu gesto, srs. Deputados, a nobreza do amplexo que para glorificação da pátria brasileira deve unir nesta hora de tanta incerteza, o estudante ao operário como o empregador ao empregado, ambos arrancando, simultâneamente, da escola e da oficina, as vigas mestras para a construção magnânima do edifício suntuoso da nossa brasilidade.

Crepite na minha ousadia tôda uma fogueira de amor e de fraternidade na qual se retemperem e se caldeiem os elos dessa corrente de idais sublimes e comuns que ligam o homem que fêz do trabalho uma ciência e do malho um livro, ao outro homem que transforma o saber em trabalho e os bancos acadêmicos em uma bigorna e que é uma apoteose soberba do braço e do cérebro, afirmando a todos os quadrantes da brasílea terra que o Rio-Grande-

do-Sul vive porque trabalha, trabalha porque exulta e exulta porque êle é a própria nacionalidade em marcha para a conquista histórica dos seus aleventados e gigantescos destinos. (Muito bem). Finalmente, sr. Presidente, tenha a minha presença, agora, nesta tribuna a expressão viva da homenagem do trabalhador gaúcho à mocidade estudiosa, guapa e galharda das nossas escolas.

Srs. Deputados.

Em propaganda das extraordinárias reservas econômicas, comerciais e industriais do Rio-Grande-do-Sul, a par de estudos econômicos e financeiros nas Repúblicas da Prata, seguirá dentro em breve para Montevideu e Buenos-Aires, uma embaixada de bacharelados em Administração e Finanças da Universidade de Pôrto-Alegre.

Dizer a VV. Excias., o que significa para o Estado e para o país a viagem dêsses moços seria repetir aquí, o que amplamente e com tanta simpatia tem noticiado a culta imprensa desta capital. Seria afirmar aquilo que VV. Excias. conhecem e proclamam, a sinceridade dos desígnios, o zêlo e, porque não dizê-lo, o patriotismo da nossa mocidade, postos a serviço do Brasil, dêste Brasil que é moço, dêste Brasil que é dos moços.

E' a primeira embaixada universitária que sai do Rio-Grande-do-Sul, quer para o Norte do País, quer para o Estrangeiro em estudos econômicos e financeiros. São os nossos atuais comerciantes e os futuros comercialistas, financistas e representantes consulares que irão dizer lá fora das nossas possibilidades econômicas, desdobrando mesmo a expansão segura do nosso intercâmbio com o estrangeiro, alargando as fronteiras da nossa política comercial. São moços que irão falar aos povos vizinhos e amigos, da expansão da nossa economia, da nossa administração pública, das nossas riquezas econômicas e do que já fizemos em matéria de organização social. São os artífices que construirão dentro das Câmaras de Comércio e Indústria dos países que visitarão, pela palavra

moça e vibrante, cheia de fé e de esperança na grandiosidade dos nossos destinos, pelos dados estatísticos e pelos mostruários que levarão uma auréola ainda maior para o Rio-Grande-do-Sul no exterior. São ainda e mais, os arautos benfazejos da amizade, da consideração e do respeito que une o Brasil às gloriosas nações do Uruguai e Argentina. Êsses mesmos moços se propõem estudar meticulosamente as organizações sociais dos países visitados e oxalá, amanhã, de volta à Pátria saudosa, possam nos dizer algo com relação ao trabalhador nacional.

Na última assembléia, sr. Presidente, da Federação das Associações Comerciais do Rio-Grande-do-Sul, realizada recentemente nesta capital o provector comerciante da nossa praça sr. **Érico O. Melo**, um dos membros da representação que tanto dignificou o Rio-Grande-do-Sul na **Embaixada Econômica que excursionou ao Império do Japão**, conhecedor como é do valor das embaixadas econômicas ao estrangeiro, com rara felicidade, referiu-se em brilhante improviso a essa manifestação de patriotismo dos moços da nossa Universidade. A assembléia, então, por unanimidade secundou o seu gesto aprovando um voto de louvor e de irrestrita solidariedade moral aos futuros e primeiros doutores no Rio-Grande-do-Sul em matéria de Administração e Finanças da Universidade de Pôrto-Alegre, pela significação profunda da sua iniciativa. Formada essa embaixada, em sua maioria por esforçados empregados no comércio e completada por alguns dignos empregadores do comércio e da indústria, bem como de alguns departamentos técnicos da administração pública desta capital, identificados todos no mesmo alevantado princípio de bem servir ao Rio-Grande-do-Sul e ao Brasil, a embaixada a que me venho referindo, para maior realce da expressão moral e cultural da nossa gente, terá como Conselheiros técnicos os ilustres e ilustrados patrícios, dr. Félix Contreiras Rodrigues e ministro dr.

Hercílio Domingues, nomes que só por si valem por uma robusta afirmação da intelectualidade brasileira.

O primeiro, digno Presidente da Academia Rio Grandense de Letras à qual tem emprestado a vastidão do seu talento de escol.

O Sr. Loureiro da Silva — Muito bem.

Director do Banco do Rio Grande do Sul, escritor e teatrólogo consumado, é um nome vastamente conhecido e merecidamente admirado no Rio da Prata.

O Sr. Loureiro da Silva — E dentro do Rio-Grande-do-Sul.

O Sr. Coelho de Souza — Muito bem.

O Sr. Carlos Santos — O segundo, nobre presidente do Tribunal de Contas do Estado, é um estudioso dos assuntos econômicos e financeiros do nosso país, e autoridade incontestada em matéria dessa especialidade, na qual tem prestado relevantes serviços ao Rio-Grande-do-Sul.

Ainda na qualidade de presidente dessa embaixada figura a personalidade vastamente conhecida do comendador A. Creidy, um dos antigos exportadores para o Rio da Prata, com uma brilhante fôlha de serviços prestados à nossa organização agrícola. É secretário, o bacharel J. Tadeo Konarzewski, uma primorosa cultura e dedicado pelo progresso do Rio-Grande-do-Sul. Outro moço, que é brilhante promessa da nossa mocidade, é o tesoureiro Domingos Rubbo, sócio da adiantada firma industrial. Enfim, não fatigando a atenção dos meus nobres pares, todo o grupo componente da embaixada, é uma afirmação do valor da nossa gente. Estudiosos e patriotas, saberão aproveitar os ensinamentos que essa viagem lhes proporcionará e amanhã serão os baluartes da nossa organização econômica e financeira.

Nas palestras que os eminentes professores catedráticos e conselheiros técnicos da embaixada realizarão em Montevideu e Buenos Aires, o primeiro com a competência que o caracteriza discorrerá sobre a "A solução associativa do problema econômico do Rio-Grande-do-Sul"

— 195 —

e sôbre “A organização bancária do Rio-Grande-do-Sul”. O segundo, consolidando o conceito em que é tido o seu nome, falará sôbre “A política econômica e organização administrativa do Rio-Grande-do-Sul” e sôbre “O regime aduaneiro e sua influência no intercâmbio Brasil-América-do Sul”.

E, os nossos bacharelados, srs. Deputados, êsses moços que serão os nossos brilhantes comercialistas e economistas de amanhã, desenvolverão, também, conferências interessantes defendendo a nossa produção e expansão econômica. Interessarão o estrangeiro pelo Rio-Grande-do-Sul, provando aos olhos dos que nos desconhecem, o alto valor da nossa produção.

No programa de estudos da embaixada universitário-econômica, entre outras matérias figura o estudo dos mercados de consumo, a organização monetária e bancária, a organização de impostos e taxas, os transportes enfim, todos os fatores, nos quais repousa a prosperidade pública e particular.

Embaixada puramente de universitários técnicos e que visando o fomento e desenvolvimento do intercâmbio comercial entre as Repúblicas Platinas e o Rio-Grande-do-Sul abolirá os discursos literários e acadêmicos antes mesmo de iniciar a sua missão ela já fêz vibrar em hinos magistraes e de perfeita fraternidade Continental, a alma viril de Uruguai e Argentina.

Diz o sr. Cônsul da Amiga República Oriental do Uruguai ao referir-se à embaixada:

“Salve Brasil” cuja juventude luminosíssima predica o verbo flamejante do ideal e o evangelho da fraternidade entre os povos”.

O sr. Cônsul da culta República Argentina diz:

“Iniciativas e embaixadas econômicas de jovens entusiastas, dinâmicos e inteligentes, orientados co-

mo vós, sòmente têm que alcançar o maior êxito possível porque o ambiente que os cerca é tão vasto e por si só tão favorável, que sem dúvida concorrereis para prestar um assinalado serviço ao vosso país como também ao meu e em consequência à nobre causa de confraternização de uma grande parte dêste Continente”.

Assim falaram, srs. Deputados, pela bôca de seus dignos representantes consulares e diplomáticos entre nós os povos irmãos a quem os bacharelados pretendem visitar.

Mas, continuar abusando da preciosidade das vossas atenções (não apoiados) neste assunto, srs. Deputados, é ainda pretender realçar o valor de uma atitude que VV. EExcias, por certo com muito mais firmeza alcançaram, mediram e compreenderam. Justifica, pois, a minha presença nesta tribuna a homenagem que proponho à casa, pedindo a inserção na ata dos nossos trabalhos, de um voto de louvor a êsses moços, pela iniciativa brilhante, feliz e patriótica que êles tiveram, e que tantos e tão assinalados serviços poderão ainda prestar ao Rio-Grande-do-Sul e ao Brasil. Seja para êles, sr. Presidente, êste voto de louvor um estímulo e um encorajamento para que possam levar de vencida todos os obstáculos que se antepuzeram à magnitude de tão árdua quão proveitosa tarefa. Seja êsse voto de louvor, ainda, o penhor seguro de que o exemplo dos bacharelados gaúchos frutificará prodigalizando ao Rio-Grande-do-Sul o ensejo feliz de hospedar iguais embaixadas vindas dos países visitados, para que êles venham conhecer melhor as nossas possibilidades econômicas, comerciais, industriais, culturais e sociais, numa palavra — a grandeza da pátria brasileira. (Muito bem. Muito bem. Palmas no recinto, tribunas e galerias. O orador é cumprimentado e abraçado).

DISCURSO pronunciado na Assembléia Le-
gislativa, em 8 de janeiro de 1937.

O Sr. Carlos Santos — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ausente, uma semana, da Capital, atendendo gentil convite do digno operariado de Montenegro, onde fundamos mais uma entidade trabalhista, e atendendo ainda à urgente necessidade de me avistar com alguns Diretores sindicais, sediados fora de Pôrto-Alegre, regresssei hontem pela manhã, sendo logo ao desembarcar surpreendido com uma nota inserta num dos matutinos locais, assim redigida:

“ Os classistas vão ser interpelados ” — “Estamos informados de que grande número de sindicatos de trabalhadores do Estado, não compreendendo a atitude dos seus representantes, à Assembléia Legislativa, que não têm comparecido aos trabalhos parlamentares, descurando assim dos interêsses que lhes foram confiados, pretendem dirigir-lhes, por estes dias, uma interpelação nesse sentido, pois que até agora os mesmos não se interessaram junto aos demais membros daquela Casa para o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade”.

Confesso, Srs. Representantes, que, hontem mesmo, à tarde, eu estaria neste plenário, esclarecendo esta situação, se êste mesmo jornal não noticiasse, no mesmo local: “Por ser, hoje, dia santificado, não haverá número na Assembléia Legislativa, motivo pelo qual a mesma não funcionará”.

Hoje pela manhã, aumentando a minha surpresa, lê-se, ainda neste mesmo jornal, o seguinte:

— 200 —

“Os Sindicatos Operários e a atitude dos classistas.

— Noticiámos, há dias, que se processava, nesta capital, nos círculos dos trabalhistas, um movimento no sentido de serem interpelados os representantes dos empregados na Assembléia Legislativa, por terem se afastado do exercício de suas funções, primeiro pelo motivo de não exprimirem o sentir de correntes políticas, e, depois, porque há várias questões de importância da classe operária em equação, que estão sendo examinadas sem o concurso desses elementos.

Agora, os sindicatos dos Conferentes de Carga e Descarga, dos Operários em Madeira e dos Moços Marinheiros, desta capital, acabam de tomar a iniciativa de dirigir uma interpelação aos Deputados Carlos Santos e Gageiro Filho, tendo distribuído aos presidentes de entidades trabalhistas, desta capital e do interior, a seguinte circular a propósito:

“Pôrto-Alegre, 6 de janeiro de 1937.

Senhores presidentes de Sindicatos.

Em traços gerais, passamos a dar conta dos motivos da presente circular. Sob o pretêsto de não desejarem fazer política, os representantes classistas à Assembléia Estadual (classe dos empregados), vêm sistematicamente faltando a tôdas as sessões, menoscabando os interesses das classes, e traíndo assim, talvez involuntariamente, o mandato que lhes foi confiado. Não queremos entrar em apreciações sôbre a luta política que vem sendo travada entre os partidos rio-grandenses. A nós, presidentes de sindicatos, não poderia mesmo interessar, sem que nisto, mesmo de longe, possam querer encherger um afrouxamento da solidariedade já por nós empenhada ao eminente Sr. Presidente da República, com que estivemos, estamos e estaremos em qualquer terreno, pois a êle devemos as leis sociais, mas, o que não podemos nem devemos admi-

tir, é que, sob alegação de não desejarem fazer política os representantes classistas façam a política de quem quer que seja, com prejuízo das classes que representam.

Os trabalhadores gaúchos foram sempre infensos aos agrupamentos Sindicais que sacrificando o produtor, es-corcham ao consumidor.

A nós só poderiam interessar as organizações sindicais de produtores, que favorecendo e melhorando a produção, por consequência fomentando o progresso do Estado, não viessem profundamente lesar o consumidor, e assim, quando um primeiro embate é levado a uma das organizações que só tem servido para enriquecer o intermediário, são os representantes políticos que o conduzem sem que tenham, ao menos, a segunda, fere aos representantes classistas.

O tabelamento dos gêneros de primeira necessidade, em os nossos dias em ascensão vertiginosa, medida imprescindível e de urgência imediata, é assunto que também apenas os representantes políticos, dêle se preocupam. O próprio estatuto do funcionário público, em cujo número não se encontram apenas potentados, que não precisam de amparo, mas também humildes servidores, constantemente espoliados ou lesados em direitos adquiridos, e com quem deveríamos confraternizar, está sendo votado sem a assistência dos nossos representantes e assim, a representação classista, uma das conquistas do movimento de 30, em que se punha uma tão grande esperança trae a sua mais precípua finalidade.

Amigos da ordem, respeitadores do ponto de vista alheio, mas ciosos das nossas próprias convicções, entendemos que nos devemos dirigir aos nossos representantes à Assembléia, concitando-os a secundarem os três grandes movimentos acima apontados, já que não quiseram ser credores da nossa gratidão, liderando movimentos de que deviam ser pioneiros.

Propomos, assim, que as entidades classistas se dirijam por carta aos Deputados Antônio Gageiro Filho e

Carlos Santos, apelando para que sufoquem qualquer preferência política, se é que a têm, e secundem a ação patriótica, humana, justa e digna, dos que volvem os olhos para assuntos de tão grande magnitude!”

Srs. Representantes, quanto à circular, que acabo de ler, eu me abstenho de qualquer comentário por considerar um assunto de exclusiva competência da minha bancada e dos presidentes de sindicatos do Rio-Grande-do-Sul, diante dos quais a qualquer hora e em todos os momentos e de cabeça erguida e consciência limpa, nós compareceremos para uma prestação de contas de nossos atos.

O Sr. Adolfo Peña — V. Ex. tem sido um dos mais calorosos defensores do operariado e das classes trabalhadoras, desde o princípio dos nossos trabalhos. Esta é a verdade e a justiça.

O Sr. Alberto de Brito — A classe operária não poderia ter um defensor mais nobre e acendrado do que V. Exa.

O Sr. Carlos Santos — Agradecido a VV. Exs. Quanto à nota, é que me quero referir. Nota entrecortada de malícia e de veneno, ela exprime, ao mesmo tempo, uma clamorosa injustiça à minha bancada, mas, Srs. Deputados, bendita injustiça, porque ela me oferece o ensejo feliz de vir a esta tribuna honrado pela confiança dos meus nobres companheiros de representação, dizer não a VV. Exs., que de sobejo conhecem o que tem sido a nossa modesta, porém sincera atuação nesta Casa, as possibilidades as dificuldades de que nos temos visto cercado no cumprimento do nosso movimento, mas ao Rio-Grande-do-Sul proletário, ao Rio-Grande político, qual o pensamento que preside os nossos desígnios nesta hora apreensiva que está vivendo nosso Estado.

AO RIO-GRANDE PROLETÁRIO

Transportados do seio das classes a que pertencemos para o tablado dignificante das lides parlamentares,

compensando com esforços, tenacidade, sinceridade e ação todo o vazio da nossa intelectualidade, um só e o mesmo pensamento animava e anima ainda os Deputados empregados, é a felicidade do Rio-Grande e do Brasil, no bem estar e na vida mais humana e mais digna do elemento trabalhador, agir sem estardalhaços, nem alardes, sem teatralidade nem palavras estéreis, eis aí a divisa que a nós mesmos delineamos e que hoje mais do que nunca estamos dispostos a cumprir. Tirar tudo do nada que representamos, eis o nosso programa, e oferecer em holocausto à paz e prosperidade do Rio-Grande, à grandeza do Brasil e ao bem estar dos nossos irmãos de luta e de ideal. E não fôra, Sr. Presidente, êsse rosário inintermitente de circunstâncias, guiando a marcha dos acontecimentos e eu não estaria aqui contrariando os meus próprios desígnios, para dizer aquilo que os jornais independentes maldosamente ocultam para publicar apenas que “nós descuramos interêsses que nos foram confiados.”

O Sr. Adolfo Peña — Muito bem.

O Sr. Carlos Santos — Revestidos da dignidade do nosso mandato, temos desenvolvido a mais leal e elevada propaganda sindical, quer pela palavra, quer fundando Sindicatos e Uniões Sindicais, quer pleiteando junto à Inspetoria Regional e ao Ministério do Trabalho medidas tendentes ao desenvolvimento da sindicalização entre nós.

O Sr. Alberto de Brito — Muito bem.

O Sr. Carlos Santos — Mereceu-nos especial carinho e foi por nós ventilado aqui o problema das mercadorias desviadas dos portos desta Capital, Pelotas e Rio-Grande, e eram as classes marítimas e portuárias que, modestamente, pretendemos defender.

Salário mínimo, uma das maiores aspirações do proletariado nacional mereceu a nossa atenção nesta Casa, e desde o discurso por nós pronunciado a 17 de dezembro de 1935.

O Sr. Adolfo Peña — Aliás, um discurso brilhante sôbre o salário mínimo.

O Sr. Carlos Santos — Obrigado a V. Exa. — ...nos encontramos à disposição do Ministério do Trabalho, para, independentemente das reuniões para esse fim criadas, auxiliar o levantamento do custo da vida do trabalhador no Rio-Grande-do-Sul.

O ruído caso dos bancários do Rio-Grande-do-Sul, a palpitante questão do fechamento do comércio em Porto-Alegre, tiveram também a modesta interferência da nossa bancada; em maio de 1936 a nossa bancada colocou-se ao dispor dos Sindicatos desta Capital e do Estado para levar aos altos poderes do País uma exposição detalhada das necessidades e ânsias do proletariado gaúcho, bem como para proporcionar-lhe no Estado uma assistência gratis, contínua e desinteressada, iniciativas essas que não se realizaram pela intromissão indébita nos meios trabalhistas de elementos a eles estranhos e guiados quem sabe por que interesses inconfessáveis. A miséria dos trabalhadores nas Minas-dos-Ratos, após o flagelo da última enchente, levou a nossa bondade até São-Jerônimo, afim-de verificar “in loco” a situação angustiante em que ficaram aqueles nossos patrícios. Por gentileza do nobre Deputado, Sr. Benjamim Vargas, nos dirigimos por três vezes, em longos telegramas, a S. Ex. o Sr. Presidente da República, na ânsia de minorar a triste situação dos mineiros; nos avistámos várias vezes com a digna Diretoria da Companhia Carbonífera e com o Governo do Estado, estudando medidas tendentes a fazer cessar o martírio de inúmeras famílias sem teto e sem pão.

O Sr. Benjamim Vargas — Para isso foi votado o pedido de auxílio feito pelo Senador Simões Lopes, na importância de seis mil contos.

O Sr. Carlos Santos — Chegarei lá. Para o reinício das nossas demarches, com relação à situação dos Mineiros do Arroio-dos-Ratos, aguardamos apenas a remessa do auxílio de seis mil contos, votados pela Câmara e pelo Senado para os flagelados da enchente. À recente greve

dos graniteiros do Capão-do-Leão, a bancada classista deu todo o seu apôio franco e decidido e conseguiu que da boa vontade de S. Exa., o Sr. General Flores da Cunha, resultasse a ida, ao Capão-do-Leão, dos Srs. Drs. Teles de Miranda e Beno Hoffmann, como emissários especiais do Govêrno do Estado e a forma harmônica e elevada com que aquí na Capital, com a presença do nobre Presidente da União Sindical de Pelotas, representantes da Companhia arrendatária das pedreiras, representante do Ministério do Trabalho e o Govêrno do Estado fôsse satisfatoriamente resolvido o dissídio e conseqüentemente, postas a salvo da miséria e da fome centenas e centenas de pessoas que representam os graniteiros, suas mulheres e seus filhos.

O Sr. Alberto de Britto — E' irrespondível a argumentação de V. Exa., que está desfazendo a injustiça com fatos.

O Sr. Carlos Santos — Agradecido a V. Exa. Os menores abandonados não foram esquecidos pelos classistas empregados. Em visitas que realizamos ao Abrigo de Menores pedimos ao ilustre e ilustrado Juíz de menores Dr. Gayer, sugestões quanto às medidas que poderíamos tomar nesta Assembléia em defesa da infância abandonada e delinqüente, o que não fizemos até hoje por estar S. Ex. em combinação com o Govêrno do Estado para ampliação do campo de ação entre nós da assistência aos menores.

Em companhia de representantes do Ministério do Trabalho, a bancada classista visitou algumas fábricas desta Capital para, numa quase exorbitância das suas funções, examinar a situação dos trabalhadores, da mulher e da criança operários.

Afora disso, não há em todo o Estado um só operário que, batendo à nossa porta, dela voltasse sem uma palavra nossa de boa vontade, sem uma interferência nossa sincera e sem um gesto nosso de companheiros.

Ingerindo-se em seara alheia, a bancada classista tem solucionado litígios entre empregadores e empregados, procurando firmar o princípio de colaboração entre o capital e o trabalho.

Nessa lição altruística, a ação da bancada dos empregados, estendeu-se a São-Leopoldo, Novo-Hamburgo, Triunfo, S.-Jerônimo, Pelotas, Rio-Grande, S.-Sebastião-do-Caí, Santa-Maria, Montenegro e, atravessando as fronteiras do Estado, foi se refletir na própria Capital Federal, e continua disposta a se estender até onde a chamarem os irrevogáveis e sinceros interesses do proletariado do Rio-Grande-do-Sul.

O Sr. Alberto de Brito — Só os desmemoriados, como Colendo, podem esquecer essa soma enorme de serviços.

O Sr. Carlos Santos — Finalmente, Srs. Deputados, a palpitante e decantada questão do tabelamento dos gêneros alimentícios, que tanto preocupou esta Casa é que surgiu neste plenário, por exclusiva iniciativa da bancada a que tenho a honra de pertencer, com o franco e decidido apôio da ilustre bancada empregadora, em 21 de julho do ano findo, com o pedido de urgentes e eficazes medidas.

Nesse assunto, Srs. Deputados, eu invoco o testemunho de tôda a Casa e de cada um de vós em particular, sôbre o que tem sido, desde então a nossa ação e os nossos esforços, fora da publicidade do recinto das sessões.

Os nobres e distintos Deputados Srs. Loureiro da Silva, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Fay de Azevedo, como Relator do requerimento da minha bancada, Homero Fleck, como Presidente da Comissão nomeada para estudar e dar parecer sôbre o assunto, Coelho de Souza, como Relator dessa Comissão, Olivério de Deus, membro da mesma Comissão e que, discordando do parecer do Relator, pediu vista do mesmo; Assunção Júnior, Relator do Projeto de Lei n.º 2, que autoriza o Executivo a nomear uma Comissão de Tabelamento no Estado, é a êles que principalmente eu me dirijo para, com a maior serenidade e certeza do dever

cumprido, poder dizer ao Rio-Grande-do-Sul que a bancada classista para ver transformada em realidade a sua iniciativa, foi até onde o permitiram as normas parlamentares e os princípios de educação, moral e de respeito que devemos a todos os indivíduos.

O mesmo jornal, ao mesmo tempo e na mesma edição que noticiou que os membros da minha bancada não se teem até agora interessado “junto aos demais membros desta Casa para o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade”, estampa também no local dos trabalhos da Assembléia Legislativa o parecer da Comissão de Constituição e Justiça referente à criação da Comissão reguladora do tabelamento de gêneros de primeira necessidade.

E por um lamentável cochilo esqueceu-se de acrescentar que o projeto de lei n.º 2, a que se refere o parecer, reunida esta Assembléia em sessão extraordinária, a 1.º de dezembro do ano findo, foi apresentado na sessão seguinte, portanto no dia 2 de dezembro, pela bancada classista, com apôio de mais alguns Srs. Deputados e ainda com um requerimento de urgência também da bancada classista, para imediata discussão e votação do referido projeto de lei.

E tão intensa, tão sincera e tão incansável tem sido a nossa atuação no sentido de ver criada a Comissão reguladora do tabelamento que um dos nobres Deputados, com assento neste plenário, fazendo blague, afirmou alhures que eu houvera tirado o “brevet da fome”.

Se isso é descurar dos interesses dos nossos representados, se isso é esquecer a sua sorte, que o diga na voz da justiça o tribunal sereno e imutável da opinião desapassionada, elevada e imparcial do proletariado gaúcho. (Muito bem).

Quero mais uma vez, Sr. Presidente, declarar que é traíndo os meus próprios princípios que eu estou aqui de público a apregoar os nossos esforços em prol da proletária gente.

— 208 —

Bem compreendo que nada fizemos em face do muito que aí está a exigir a condição penosa e revoltante até do nosso operariado. Mas, se a imprensa, cuja função principal é glorificar a justiça e a verdade, nega o pouco que a minha bancada tem feito pelo trabalhador gaúcho, para proclamar, apenas, não alcanço o motivo disso, o nada que temos realizado, é essa mesma bancada que fala pela bôca do seu mais modesto membro a todo o Rio-Grande operário, não com a pretensão absurda de merecer gratidão e sim, com o direito que a ninguém é licito nos negar de esperar justiça.

AO RIO GRANDE POLÍTICO

Srs. Representantes, ao observador menos perspicaz, não escapará, por certo, o verdadeiro apecto da política nacional e em particular da política estadual, nesta hora que estamos vivendo. São tôdas as fôrças marcantes da opinião pública brasileira, que, numa característica expressiva das democracias, se agitam e se preparam para o problema máximo da Nação. E é precisamente nesta hora memorável de civismo e de fé que, na sombra, receiando até a luz esplendente da moral e da dignidade humana, vive lá fora um grupo de maus brasileiros entregues à impatriótica, desleal e condenável tarefa de lançar as classes trabalhistas do Estado contra os Deputados classistas estaduais e mais ainda, o que é simplesmente revoltante, empanar o esplendor do respeito da consideração e do acatamento que muito nos merece êsse brasileiro ilustre e por todos os títulos digno, cujo nome pronuncio com a mais leal admiração, S. Exa. o Sr. Getúlio Vargas.

E' ainda distinguido com a confiança da minha bancada que eu venho mais uma vez, e públicamente, expor o nosso pensamento e definir as nossas atitudes.

Sr. Presidente, quando na sessão de 26 de outubro de 1935, eu ocupava pela vez primeira esta tribuna, referindo-me, entre outras intenções, à nossa disposição de permanecer-mos alheios aos ressentimentos pessoais, aos partidarismos e às competições políticas dos tradicionais partidos que formam esta Assembléia, eu trazia acesa na imaginação a lembrança dêste trecho da brilhante oração aquí proferida pelo nobre Deputado Sr. Raul Pilla, na sessão de 19 de junho de 1935:

“Incorporada — dizia S. Ex. — a representação política, dilui-se nela a representação profissional, perde a sua individualidade, descaracteriza-se, sofre a ação das diversas correntes políticas, divide-se, segmenta-se e os seus fragmentos acabam fatalmente por gravitar em torno das organizações partidárias. E’ o que demonstrou positivamente a experiência da representação profissional na Assembléia Constituinte Federal. Quer isto dizer que deixa efetivamente de existir a verdadeira Representação Profissional, que o deveria ser pela origem e pela função, para só subsistir um grosseiro simulacro dela.

Por outro lado, se é absorvida inteiramente pela representação política, não chega a representação profissional a esta condição mesquinha, sem perturbar o funcionamento e deturpar a natureza da representação política. Resulta desta associação um hibridismo infecundo, uma verdadeira e caracterizada monstruosidade. Um dos elementos componentes representa as correntes de opinião, o outro, representa os interesses profissionais; um baseia-se no sufrágio universal, proporcional e direto, o outro origina-se do sufrágio indireto, restrito e não proporcional das associações de classe. Não há como harmonizar numa mesma assembléia elementos, que por tal forma se contrariam e anulam, a não ser pela abdicação de uns em benefício de outros. E’ o que demonstra a experiência da Assembléia Constituinte Federal, na qual a representação classista foi envolvida nas manobras da política partidária, nelas desempenhou papel sa-

— 210 —

liente e comportou-se, numa palavra, como a pior e a mais condenável das representações políticas, — a que não tem princípios definidos a nortear-lhe a ação.”

Afora isso, me perpassavam pela mente as palavras do Ministro Salgado Filho, por ocasião das primeiras eleições de classe, realizadas na Capital Federal, quando S. Exa. afirmava que o espírito do legislador se identificava com o pensamento do Govêrno quando quis que a representação de classe surgisse na Câmara Federal, e conseqüentemente nas assembléias legislativas, apenas em função dos interêsses vitais das classes que representam.

Por outro lado, a noção exata de que a nossa representação emana diretamente de grupos organizados exclusivamente para fins econômicos, higiênicos, jurídicos e culturais, transformados em colaboradores dos poderes públicos, portanto do govêrno constituído, no estudo e solução dos problemas que interessam as classes, avivou ainda e mais em nós a idéia da variedade das ideologias políticas que formam as entidades que nos elegeram, daí a nossa completa abstenção à mais leve manifestação política e o nosso escrupuloso cuidado de não intervir, de não influir mesmo até nas decisões ou nas modificações de ambientes criados nesta Assembléia, pelas correntes partidárias.

Assembléia formada por 32 representantes do povo, não deve caber a nós representantes classistas, a função de definir numa situação política que se esteriotipa na divergência entre dois grupos formados por representantes políticos, a não ser que dessa nossa intromissão pudesse surgir uma recomposição harmônica nos quadros da política do nosso Estado e então sim, teríamos a convicção de que interpretaríamos de fato as aspirações de todo o proletariado, que quer paz, que quer ordem, que quer trabalho, para poder erguer sôbre essa trilogia sublime, a coluna magistral da felicidade.

A nossa ausência e a nossa presença neste plenário não deve e não pode ser tomada como manifestação partidária, como solidariedade ou como hostilidade a orientações políticas.

Há uma política, sim, que nós, tanto quanto possível, nos esforçaremos por fazer: é a política proletária; é aquela que visa unificar o trabalhador em torno das suas entidades de classe e delas afastar as competições políticas partidárias que enfraquecem, anulam e matam a viripotência das organizações profissionais; é aquela que plasma no nosso espírito o desejo feito vontade de que as classes educadas nos mais alevantados princípios de ordem, portanto de respeito à autoridade, de profunda brasilidade, de amor, de verdade e de justiça, possam um dia cantar a aleluia sublime da sua ressurreição moral, social e econômica; é aquela política que nos coloca com todos os governos e com todos os partidos, desde que êles promovam de fato as melhorias das nossas condições, pôsto que, ao operário, eu já citei aqui êste pensamento de D. João Becker, “ao operário pouco importa a forma estatal da Nação, o que lhes interessa é a doutrina que um ou outro regime inspire e informe a legislação social”; a nossa política, enfim, é que a bancada classista, que representa interesses profissionais, tão somente, não seja chamada a resolver a questão da ausência de número neste plenário, criada pela representação das correntes de opinião, em cujas correntes se encontram integradas parcelas avantajadas daqueles a quem profissionalmente representamos.

Falo de alma aberta, Srs. Representantes, sinto esta alma escancarada diante de vós, como se me fôra dado incutir nos vossos olhares aquilo que a palavra não consegue fazer nos vossos cérebros.

Para nós, classistas, S. Ex. o Sr. Presidente da República é um novo e autêntico Messias, e eu trago aquí o meu testemunho pessoal, tudo fazendo, pela redenção de uma classe, a proletária.

Signatário, embora há quase 20 anos, do tratado de Versalhes, que obriga o Brasil a uma política social de assistência eficiente ao trabalhador, deve-se, no entanto, como Chefe supremo da Revolução de 30, à sinceridade de S. Ex., tôda esta vasta e adiantada legislação trabalhista que aí está, senão cumprida à risca, pelo mínimo, estendida diante de nós como um horizonte amplo de esperança e de crença em melhores dias.

Para nós, classistas, S. Ex. o Sr. Governador do Estado, cuja condição de autoridade entre nós se reveste da mesma expressão, ou melhor, representa a autoridade suprema da Nação, para nós, S. Ex. merece o acatamento e o respeito devidos ao Poder constituído e a justiça de quem, como autoridade e pela nossa modesta interferência, pensou feridas, enxugou lágrimas e fêz raiar um pouco mais de alegria em lares operários que a miséria e a fome assediavam.

Eis o que pensa a minha bancada na hora agitada que passa.

Serenos, e de consciência tranqüila, nos apresentamos ao julgamento da opinião pública.

Nós não representamos o povo. Êste tem a sua representação, a sua voz autorizada neste plenário no conjunto brilhante de intelectualidades moças e sadias que aquí atuam, capazes, só por si, de dignificar uma geração, mais ainda, de glorificar uma raça.

Nós representamos as classes que ensaiam agora os primeiros passos na senda associativa, as classes cujo grosso não formou ainda bem a sua mentalidade proletária, as classes que ainda se entrechocam no formação de uma orientação tanto quanto possível uniforme, as classes que sofrem, mas que se purificam dentro dêsse sofrimento, porque por mais que êle seja, será sempre menor do que o grande, o imensurável amor que elas devotam ao Rio-Grande e ao Brasil. As classes, enfim, em nome das quais eu vos lanço, Srs. Representantes do povo, um apêlo fervoroso e sincero, afim-de que a paz, o trabalho e a

— 213 —

ordem e com êles a felicidade do trabalhador sejam antes de tudo e acima de tudo a suprema inspiração do vosso acendrado amor à terra que todos nós amamos, a êsse Brasil colosso a que o nosso hino pátrio, prenehe de verdade e de expressão, chama “gigante pela própria natureza”. (Muito bem. Muito bem. Palmas no recinto, tribunas e galerias. O orador é cumprimentado e abraçado).